



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 10/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2146/2009 (3 vols.)

Apensos: Processos nº 4246/2008, 549/2009, 3817/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anori.

4- Exercício: 2008.

5- Responsáveis: Sr. Ernesto Gomes da Rocha, Prefeito Municipal de Anori.

6- Unidade Técnica: DICAMI-CI – Informação Conclusiva nº 09/2014 (fls. 486/488).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Diligência nº 59/2014-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 489/490).

8- Relatora: Auditora Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anori. Exercício de 2008.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto da Excelentíssima Senhora Auditora-Relatora, que acolheu, em sessão, o voto-destaque do Conselheiro Raimundo Michiles, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo do Município de Anori que **DESAPROVE** a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2008, de responsabilidade do Senhor **Ernesto Gomes da Rocha**, Prefeito Municipal, à época, na qualidade de Agente Político;

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de março de 2014.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 10/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 2146/2009 (3 vols.)– fl. 02

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Raimundo José Michiles e Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

12.1- Auditora Presente e Relatora: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Auditora-Relatora

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 10/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2014)**

1- Processo TCE nº 2146/2009 (3 vols.)

Apensos: Processos nº 4246/2008, 549/2009, 3817/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anori.

4- Exercício: 2008.

5- Responsáveis: Sr. Ernesto Gomes da Rocha, Prefeito Municipal de Anori.

6- Unidade Técnica: DICAMI-CI – Informação Conclusiva nº 09/2014 (fls. 486/488).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Diligência nº 59/2014-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 489/490).

8- Relatora: Auditora Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anori. Exercício de 2008.

Contas irregulares. Multa ao Sr. Ernesto Gomes da Rocha. Prazo para recolhimento. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1 – à unanimidade, nos termos da proposta de voto da Excelentíssima Sra. Auditora-Relatora, que acolheu, em sessão, voto-destaque do Conselheiro Raimundo Michiles, no sentido de:

9.1.2- Julgar IRREGULAR, nos termos dos artigos 1º, inciso II, 22, inciso III, alíneas “b”, todos da Lei n. 2423/1996 e artigo 188, § 1º, inciso III, alínea “b” da Resolução nº. 04/2002 - Regimento Interno, a Prestação de Contas, relativa ao exercício de 2008, de responsabilidade do Senhor **Ernesto Gomes da Rocha**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época;

9.1.3- Aplicar ao Senhor Ernesto Gomes da Rocha, Prefeito à época, na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI, e 52 da Lei 2.423 de 10.12.1996, as seguintes **MULTAS**:

a) **R\$ 1.644,89**, conforme artigo 308, inciso I, alínea “a”, da Resolução n. 4/2002 – Regimento Interno, pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência desta Corte de Contas;

b) **R\$ 2.000,00**, nos termos do artigo 54, inciso I, da Lei n. 2.423/1996 c/c o artigo 308, inciso II, da Resolução TCE n. 4/2002, em razão das contas julgadas irregulares que não resultaram débito ao erário;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 10/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 10/2014)**

Processo TCE/AM nº 2146/2009 (3 vols.)– fl. 02

9.1.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do Regimento Interno) para que o Senhor **Ernesto Gomes da Rocha**, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor das multas ora aplicadas, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei n. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução TC n. 4/2002;

9.1.5- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no artigo 162, § 2º, do Regimento Interno.

9.2 – Por maioria, nos termos da proposta de voto da Excelentíssima Sra. Auditora-Relatora, que acolheu, em sessão, voto-destaque do Conselheiro Raimundo Michiles, **aplicar ao Senhor Ernesto Gomes da Rocha**, Prefeito à época, a multa no valor de **R\$ 1.644,89**, de acordo com o artigo 308, I, alínea “c”, da Resolução nº. 4/2002 (Regimento Interno), pela remessa ao TCE dos demonstrativos contábeis ACP/Captura, relativo aos meses de **janeiro a dezembro** do exercício de **2008**, fora do prazo fixado no artigo 4.º da Resolução n. 7/2002-TCE, **fixando o prazo de 30 (trinta) dias** (artigo 174 do Regimento Interno) para que o Senhor **Ernesto Gomes da Rocha**, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei n. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução TC n. 4/2002.

Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade da multa por atraso no ACP.

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de março de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Raimundo José Michiles e Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

12.1- Auditora Presente e Relatora: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Auditora-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral